

Estudo Técnico Preliminar 8/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 08230.004554/2020-36

2. Descrição da necessidade

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico objetiva apontar solução que melhor atende ao interesse da Administração, em face da demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Alagoas, formalizada através do Documento SEI n.º (16072511). Toda a análise será pautada pelas diretrizes traçadas pelas Instruções Normativas n.º 05/2017-MPOG e n.º 40/2020-SEGES, bem como, pelas normas aplicáveis as contratações de obras e/ou serviços de engenharia.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 O Imóvel utilizado pela DRE (Delegacia de Repressão a Entorpecentes) possui um pátio com quase 3.000,00 m2 que está sendo utilizado como garagem de veículos apreendidos, entretanto sua manutenção e conservação se torna muito complicada devido ao aparecimento constante de vegetação e acúmulo constante de água pluviais, causando o aparecimento de animais peçonhentos, logo se faz necessário a colocação do revestimento e a execução do sistema de drenagem. Assim sendo, essa área ficará devidamente higienizada, de fácil manutenção, além de se tornar bem mais cômodo a locomoção dos carros que se encontram no pátio, modernizar o espaço e adequá-lo às necessidades do Órgão.

2.2 A instalação do pavimento agregará a atual edificação um ambiente mais moderno e capaz de suportar as demandas de trabalho no combate ao crime organizado para os próximos 15 (quinze) anos.

2.3 A Polícia Federal em Alagoas não possui capacidade operacional de pessoal para executar os serviços pretendidos de forma direta, razão pela qual necessita contratar empresa especializada para concretização dos projetos em questão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Grupo Técnico de Edificações da Polícia Federal em Alagoas - GTED/SR/PF/AL	Rodigo Canuto Machado

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O interessado selecionado por meio de processo licitatório deverá demonstrar capacidade técnica, econômica e financeira para executar o objeto detalhados no projeto básico e anexos (memorial descrito e projeto arquitetônico).

4.2 Além da documentação necessária, conforme legislação vigente e edital a ser divulgado, o licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Atestado de Capacidade Técnica - Operacional, devidamente registrados no CREA, que atestem execução de projetos de execução de pavimentação e drenagem com os itens maior relevância discriminados na planilha orçamentária, em percentual não inferior a 50% da demanda exigida no projeto.

4.3 O licitante deverá ainda demonstrar para fins de habilitação de sua proposta regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade para contratar com a Administração.

4.4 O licitante deverá dimensionar corretamente a quantidade de serviço e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível.

4.5 Em relação ao contrato, estima-se o prazo de duração de **06 (seis) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, I, da Lei nº 8.666/93. Estima-se também o prazo de execução dos projetos de **03 (três) meses**.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A execução dos projetos almejados, conforme determina a legislação específica de obras e/ou serviços de engenharia, deverá ser realizada por empresa especializada, que detenha expertise nesse tipo de serviço, por meio de profissionais qualificados e com registro no competente Conselho, seguindo ainda as diretrizes traçadas no Projeto Básico e anexos, bem como, as Normas Técnicas Brasileiras aplicáveis.

5.2 Em razão das especificidades do objeto, a melhor solução está definida nos projetos anexos ao Projeto básico, que foram elaborados com base nas necessidades da SR/PF/AL e por meio de profissionais especializados, designados especificamente para definição do objeto pretendido.

5.3 Considerando o valor estimado da contratação e a natureza de serviço não comum de engenharia, julga-se adequada a utilização da modalidade de licitação Tomada de Preços, para fins da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.4 Verifica-se que há disponibilidade no mercado de empresas especializadas, de diversos portes, para a execução do objeto pretendido. E considerando que a SR/PF/AL não tem capacidade para execução dos serviços de forma direta, resta a contratação por meio de licitação, conforme legislação vigente.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A execução do objeto deverá seguir as especificações do Projeto Básico e anexos, que detalharão de forma minuciosa todas as características e nuances dos serviços, materiais e formas a serem utilizados para realização do objeto em análise.

6.2 Considerando o prazo de execução do serviço de engenharia e o tipo de recurso disponível para custeá-la, os pagamentos devidos a contratada seguirão cronograma específico, definido em projeto e serão efetivados, após liquidação na forma da lei.

6.3 Diante das características técnicas dos Projetos em desenvolvimento e visando facilitar a gestão da execução dos serviços, por meio da simplificação nas medições; e incentivar o cumprimento de prazos e valores fixados na negociação da contratação; entende-se que o regime de execução a ser adotado deverá ser por preço global.

6.4 A contratada deverá executar e entregar o objeto finalizado na sede da Superintendência da Polícia Federal em Alagoas(Anexo DRE - Delegacia Repressão a Entorpecentes), localizada na Av. Industrial Cícero Toledo S/N, CEP 57.022-150, no bairro Jaraguá, em Maceió/AL, bem como, utilizar mão de obra (sem dedicação exclusiva para com o contratante) e todos os materiais /insumos necessários, definidos e especificados no Projeto Básico e anexos, para concretização dos serviços em estudo.

6.5 A fiscalização do objeto dará cumprimento às regras definidas em Edital e na Lei 8.666/93.

6.6 Para fins de pavimentação de áreas externas foram identificadas três soluções: asfalto; concreto e paralelepípedo. Considerando que o espaço a ser pavimentado está em solo natural, o custo de cada solução identificada e as técnicas (meios) de execução, julga-se que a pavimentação em paralelepípedo resultara em menor custo-benefício, tanto em termo financeiros, bem como, em durabilidade e custo de manutenção.

6.7 A solução da drenagem deverá atender e ser compatível com o tipo de pavimentação indicada nos projetos de execução (Projeto Básico e Anexo).

6.8 A solução que melhor atenderá a Administração será a definido nos anexos do Projeto Básico, por ser definida por profissional habilitado e especializado, bem como, basear-se nas características do local dos serviços/obra.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Com base nos anexos do Projeto Básico, estima-se as seguintes quantidades a serem contratadas:

ITEM	BASE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANTIDADE
1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	ORSE	51	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M²	1,50
1.2	PRÓPRIA	COMPOSIÇÃO 1	MOBILIZAÇÃO / DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS	UND	2,00
1.3	COTAÇÃO 1 - PF	1	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS	UND.	1,00
1.4			BARRACÃO DE OBRA		
1.4.1	SINAPI	93211	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM ALVENARIA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.	M²	20,00
2			MOVIMENTOS DE TERRA		
2.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, COM TRATOR DE ESTEIRAS	M²	3.116,52
2.2	SINAPI	74151/001	ESCAVAÇÃO E CARGA MATERIAL 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL * 13T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP.	M³	1.558,26
2.3	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE	M²	3.116,52
3			PAVIMENTAÇÃO		
3.1	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. (cavas do meio-fio e pavimentação em brita)	M³	36,31

3.2	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE (Cavas do meio-fio)	M²	63,30
3.3	SINAPI	96995	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE (Cavas do meio-fio)	M³	3,17
3.4	SINAPI	100535	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA	M²	2.893,01
3.5	SICRO 3	2003369	MEIO FIO DE CONCRETO - MFC 01 - AREIA E BRITA COMERCIAIS - FÔRMA DE MADEIRA	M	150,50
3.6	SICRO 3	2003371	MEIO FIO DE CONCRETO - MFC 02 - AREIA E BRITA COMERCIAIS - FÔRMA DE MADEIRA	M	166,00
3.7	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA).	M²	2.893,01
3.8	ORSE	2657	LASTRO DE BRITA 2	M³	20,48
4			DRENAGEM		
4.1	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA.	M³	75,73
4.2	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO.	M²	103,74
4.3	SINAPI	94102	LASTRO DE VALA COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA.	M³	12,45
4.4	SINAPI	96995	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE.	M³	41,46
4.5	SINAPI (Insumo)	7760	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	M	131,32

4.6	SINAPI	92808	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).	M	131,32
4.7	SICRO 3	2003451	DISSIPADOR DE ENERGIA - AREIA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS	UND	2,00
4.8	SINAPI	83659	BOCA DE LOBO SIMPLES EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA (grelha) DE CONCRETO ARMADO	UND	10,00
4.9	SICRO 3	2003357	TRANSPOSIÇÃO DE SEGMENTOS DE SARJETA - TSS 01 - AREIA E BRITA COMERCIAIS	M	28,00
5			SERVIÇOS FINAIS		
5.1	ORSE	2450	LIMPEZA GERAL	M²	3.116,52

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 O custo global de referência do objeto em questão foi apurado a partir das composições dos custos unitários dos itens previstos no projetos, que integram o presente processo de contratação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e/ou Orçamento de obras de Sergipe- ORSE e composição de mercado, conforme disposições do Decreto 7.983/13.

8.2 Os valores unitários e de referência estão relacionados na tabela seguinte:

ITEM	BASE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	
						(SEM BDI) R\$	(COM BDI) R\$	SEM BDI (R\$)	COM BDI (R\$)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					19.425,61	24.478,02
1.1	ORSE	51	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M²	1,50	304,94	384,25	457,41	576,38
1.2	PRÓPRIA	COMPOSIÇÃO 1	MOBILIZAÇÃO / DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS	UND	2,00	3.140,60	3.957,47	6.281,20	7.914,94

1.3	COTAÇÃO 1 - PF	1	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS	UND.	1,00	5.000,00	6.300,50	5.000,00	6.300,50
1.4			BARRACÃO DE OBRA						
1.4.1	SINAPI	93211	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM ALVENARIA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.	M²	20,00	384,35	484,31	7.687,00	9.686,20
							-	-	-
							-	-	-
2			MOVIMENTOS DE TERRA				-	23.669,97	29.762,76
2.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, COM TRATOR DE ESTEIRAS	M²	3.116,52	0,22	0,27	685,63	841,46
2.2	SINAPI	74151/001	ESCAVACAO E CARGA MATERIAL 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL * 13T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP.	M³	1.558,26	2,45	3,08	3.817,74	4.799,44
2.3	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE	M²	3.116,52	6,15	7,74	19.166,60	24.121,86
3			PAVIMENTAÇÃO				-	241.388,75	304.142,99
3.1	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. (cavas do meio-fio e pavimentação em brita)	M³	36,31	50,79	64,00	1.844,18	2.323,84

3.2	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE (Cavas do meio-fio)	M²	63,30	6,15	7,74	389,30	489,94
3.3	SINAPI	96995	REATERRO MANUAL APOLOADO COM SOQUETE (Cavas do meio-fio)	M³	3,17	30,79	38,79	97,60	122,96
3.4	SINAPI	100535	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA	M²	2.893,01	0,06	0,07	173,58	202,51
3.5	SICRO 3	2003369	MEIO FIO DE CONCRETO - MFC 01 - AREIA E BRITA COMERCIAIS - FÔRMA DE MADEIRA	M	150,50	47,89	60,34	7.207,45	9.081,17
3.6	SICRO 3	2003371	MEIO FIO DE CONCRETO - MFC 02 - AREIA E BRITA COMERCIAIS - FÔRMA DE MADEIRA	M	166,00	37,64	47,43	6.248,24	7.873,38
3.7	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1: 3 (CIMENTO E AREIA).	M²	2.893,01	77,18	97,25	223.282,51	281.345,22
3.8	ORSE	2657	LASTRO DE BRITA 2	M³	20,48	104,78	132,03	2.145,89	2.703,97
4			DRENAGEM				-	25.441,15	32.055,24
4.1	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE /UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO:	M³	75,73	5,33	6,71	403,64	508,15

			0,26 M3 / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA.						
4.2	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO.	M²	103,74	1,31	1,65	135,90	171,17
4.3	SINAPI	94102	LASTRO DE VALA COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA.	M³	12,45	152,90	192,66	1.903,61	2.398,62
4.4	SINAPI	96995	REATERRO MANUAL APOLOADO COM SOQUETE.	M³	41,46	30,79	38,79	1.276,55	1.608,23
4.5	SINAPI (Insumo)	7760	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	M	131,32	52,62	66,30	6.910,06	8.706,52
4.6	SINAPI	92808	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).	M	131,32	23,52	29,63	3.088,65	3.891,01
4.7	SICRO 3	2003451	DISSIPADOR DE ENERGIA - AREIA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS	UND	2,00	327,25	412,36	654,50	824,72

4.8	SINAPI	83659	BOCA DE LOBO SIMPLES EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA (grelha) DE CONCRETO ARMADO	UND	10,00	702,42	885,11	7.024,20	8.851,10
4.9	SICRO 3	2003357	TRANSPOSIÇÃO DE SEGMENTOS DE SARJETA - TSS 01 - AREIA E BRITA COMERCIAIS	M	28,00	144,43	181,99	4.044,04	5.095,72
5			SERVIÇOS FINAIS				-	4.955,27	6.233,04
5.1	ORSE	2450	LIMPEZA GERAL	M²	3.116,52	1,59	2,00	4.955,27	6.233,04
TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO								314.880,75	396.672,05

8.3 O valor global máximo estimado é de R\$ 396.672,05 (Trezentos e noventa e seis mil e seiscentos e setenta e dois reais e cinco centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2 A atribuição dos serviços previstos nos projetos em questão de forma agrupada visa à obtenção de padronização na execução, uma vez que os projetos se inter-relacionam e são destinados a construção de um objeto final único, qual seja, novos ambientes de trabalho na SR/PF/AL.

9.3 Necessário o agrupamento dos itens em um único lote/grupo para disputa, em razão de que não é possível dissociar os serviços a serem prestados, dos fornecimentos necessários para implementar aqueles, bem como, que cada parte foi individualizada apenas para fins de orçamentação do objeto principal. Portanto, o agrupamento dos itens que compõem o objeto se mostra tecnicamente viável.

9.4 O gerenciamento integrado dos itens que compõem o objeto garante ao contratante celeridade, harmonia para revisão dos atos e, principalmente, reduz gastos com a gerencia de vários contratos para uma mesma finalidade, portanto e neste caso, também se mostra economicamente viável licitar os itens em um único lote/grupo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

9.1 Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 No tocante ao Planejamento Estratégico do órgão, a contratação pretendida consta da Portaria nº 4453/2014 - DG/DPF, de 16 de maio de 2014, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, conforme transcrito a seguir:

"9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais.

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização."

11.2 O objeto foi inserido no Plano Geral de Contratações - PGC/2020, conforme registros no sistema PGC do comprasgovernamentais.gov.br.

11.3 A contratação pretendida também consta como prioridades do órgão, a fim de modernizar e revitalizar os pátios de veículos das descentralizadas.

12. Resultados Pretendidos

12.1 Definição de uma nova estrutura física adequada e capaz de suportar a correta, profissional e eficiente utilização dos mecanismos de combate pela Polícia federal em Alagoas.

12.2 O ambiente planejado terá seu espaço otimizado para as necessidades da Polícia Federal.

12.3 Retirada de toda vegetação e entulhos fazendo com que a área seja utilizada de uma maneira mais eficiente e seja modernizada para os padrões atuais.

12.4 As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras precisam ser pensadas para atender as necessidades atuais do negócio de atuação.

12.5 O tipo de contratação possibilitará o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a aplicação dos programas de governo.

12.6 A contratação a ser firmada visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços de polícia judiciária, favorecendo o desempenho das atividades fim, principalmente, e meio da Polícia Federal em Alagoas.

12.7 Garantirá em bom estado de conservação os bens apreendidos e/ou pertencentes à SR/PF/AL, até a devida devolução ou desfazimento.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Considerando que a área do pátio da DRE encontra-se ocupada por veículos apreendidos, faz necessário a retirada dos veículos do local. Esta ação será implementada por meio da força de trabalho existente no órgão para realização de serviços gerais, sendo necessário apenas a solicitação ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 30 dias.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Visando minimizar os impactos ambientais resultante do serviço de engenharia pretendido, deverá o licitante observar as seguintes diretrizes.

14.2 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

14.3 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

14.3.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

14.3.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

14.3.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

14.3.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.4 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

14.4.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.4.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

14.4.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

14.4.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.4.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

14.4.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.4.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.4.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.5 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.5.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

14.5.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

14.5.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020-SEGES/ME, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

15.2 O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis com as disponibilidades financeiras e caracterizam a economicidade, uma vez que estão limitados aos valores referenciais dos sistema de precificação para obras/serviços de engenharia, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a licitação aqui proposta.

16. Responsáveis

Documentos SEi n. 16072511 e 16541560.

RODRIGO CANUTO MACHADO

Agente de Polícia Federal / Responsável pela Demanda

Documentos SEi n. 16072511 e 16541560.

RÔMULO VILELA FERREIRA

Perito Criminal Federal / Integrante Técnico